

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0003-16 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.**

*Autoriza a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público de profissionais da área da Saúde.*

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo, a contratar por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os cargos a seguir descritos:

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vencimento Mensal</b>	<b>Carga Horária</b>
Médico Otorrinolaringologista	01	R\$ 6.054,06	20 horas semanais
Médico Oftalmologista	01	R\$ 6.054,06	20 horas semanais
Médico Pneumologista	01	R\$ 6.054,06	20 horas semanais
Médico Obstetra	01	R\$ 6.054,06	20 horas semanais
Médico Clínico Geral	02	R\$ 6.054,06	20 horas semanais
Médico Clínico Geral	01	R\$ 11.627,02	40 horas semanais
Terapeuta Ocupacional	01	R\$ 1.653,86	40 horas semanais
Auxiliar em Saúde Bucal	02	R\$ 1.091,57	40 horas semanais
Enfermeiro Esf/Caps	02	R\$ 2.150,05	40 horas semanais
Técnico em Enfermagem	03	R\$ 1.488,52	40 horas semanais
Farmacêutico Bioquímico	01	R\$ 1.653,86	40 horas semanais

**Art. 2º** O prazo de vigência do contrato inicial não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovado por igual período, devido à excepcionalidade da contratação, por tempo determinado.

**Art. 3º** Durante a contratação, ficam assegurados todos os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 8 de agosto de 1990.

**Art. 4º** As contratações serão realizadas através de processo seletivo público simplificado.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.**

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito

**PROJETO DE LEI Nº 0003-16, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.**

**J U S T I F I C A T I V A**

Estamos encaminhando a Vs. Sas. o presente projeto de lei, a fim de buscar autorização para a contratação temporária, por motivo de excepcional interesse público, de profissionais da área da saúde, com a finalidade de manutenção dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Justifica-se o pedido em razão da necessidade de atuação desses profissionais junto às unidades básicas de saúde, considerada a responsabilidade do município de manter a rede básica de saúde em funcionamento garantindo, através desses profissionais, o acesso da comunidade ao tratamento necessário e respondendo, assim, mediante assistência, às necessidades da população.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, fato que, se devidamente autorizado, reverterá em benefícios para todos os munícipes.

Estas as razões que justificam o presente projeto.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito